

AVALIAÇÃO DOCUMENTAL E SUAS DIVERSAS TRADIÇÕES: uma revisão de literatura

DOCUMENTAL EVALUATION AND ITS VARIOUS TRADITIONS: a literature review

Danielle Alves de Oliveira*
Carlos Xavier de Azevedo Netto**

RESUMO

Com o aumento da produção e acumulação das massas documentais, a avaliação se tornou atividade fundamental na prática arquivística, contudo, ao redor do mundo e ao longo do tempo, diferentes critérios foram desenvolvidos para a execução dessa prática. A partir desse contexto, o presente artigo tem como objetivo apresentar alguns apontamentos em torno dessas condutas para compreendermos como a avaliação pode ser executada de formas distintas a depender das necessidades de cada lugar. Cabe ressaltar que este artigo é um recorte realizado a partir da tese de doutoramento, onde, há uma pesquisa ainda mais ampla acerca da temática.

Palavras-chave: Avaliação documental; Prática arquivística; Tradições arquivísticas.

ABSTRACT

With the increase in the production and accumulation of documental masses, evaluation has become a fundamental activity in archival practice, however, around the world and over time, different criteria have been developed for the execution of this practice. From this context, this article aims to present some notes around these behaviors to understand how the evaluation can be performed in different ways depending on the needs of each place. It should be noted that this article is an excerpt from the doctoral thesis, where there is an even broader research on the subject.

Keywords: Documentary evaluation; archival practice; archival traditions.

1 INTRODUÇÃO

Na primeira metade do século XX a produção documental ganhou volumes exponenciais devido as necessidades decorridas das grandes guerras mundiais e da disseminação das tecnologias da Informação. Certamente, esse processo ocorreu de

*Professora do Departamento de Ciência da Informação/UFPB. Doutora em Ciência da Informação/UFPB. Graduada em Arquivologia (UEPB). E-mail: prof.danielle.alves@gmail.com

**Professor titular do Departamento de Ciência da Informação/UFPB. Doutor em Ciência da Informação/UFRJ. Graduado em Arqueologia. E-mail: xaviernetto@gmail.com

formas distintas ao longo do mundo, uma vez que as demandas aconteceram paulatinamente em cada realidade, porém, não se pode negar que essa fase propiciou a criação e aperfeiçoamento de métodos específicos para o tratamento dos acervos, como por exemplo, a avaliação documental. A ação de avaliar é comumente conhecida pela sociedade como uma atividade corriqueira e espontânea que utiliza determinados critérios para a realização do ato de avaliação. Na prática arquivística, essa rotina é essencial para manter a racionalidade institucional, e conseqüentemente, a eficiência administrativa, todavia, a forma que essa ação será executada, dependerá de vários fatores políticos, econômicos, sociais e culturais. No Dicionário de Terminologia Arquivística a avaliação consiste no “processo de análise de documentos de arquivo, que estabelece os prazos de guarda e destinação, de acordo com os valores que lhes são atribuídos” (Arquivo Nacional, 2005). Este conceito é o mesmo adotado pelo *International Council on Archives* (ICA), em sua base de dados *Multilingual Archival Terminology*, na versão em língua portuguesa. Entretanto, o conceito supracitado é carregado de influências teóricas que foram desenvolvidas pelas tradições arquivísticas norte-americanas, e ganhou no Brasil, aparatos para a sua reprodução.

Ciente dessas influências e visando identificar as diversas tradições em torno da avaliação ao redor do mundo, o presente artigo tem como objetivo apresentar alguns apontamentos em torno dessa prática para compreendermos como a avaliação pode ser executada de formas distintas a depender das necessidades de cada lugar.

2 AVALIAÇÃO E SUAS DIVERSAS TRADIÇÕES

As primeiras discussões em torno da eliminação de documentos para a guarda permanente em acervos governamentais podem ser vislumbradas a partir da segunda quinzena do século XIX. Kolsrud (1992) assegura que a Alemanha foi um dos percussores dessas práticas, visto que em 1833, os ministérios alemães já contavam com “tabelas de temporalidade”¹, entretanto, muitas vezes essa eliminação era executada apenas pelo produtor. Nesse sentido, em 1858 um decreto foi sancionado para que os arquivistas fossem notificados acerca dos documentos selecionados para eliminação, visto que havia uma preocupação em quais documentos estavam sendo destruídos. Vale salientar, contudo, que a prioridade era a preservação e não a eliminação (Kolsrud, 1992).

Na Inglaterra, ao contrário, existia uma tendência à destruição de documentos que perpassava à necessidade de preservação, tanto que em 1877 foi expedido o *Public Record Office Act*, uma norma que permitia a eliminação de documentos públicos anteriores ao ano de 1715². Em consonância, Kolsrud (1992, p.27, tradução nossa) afirma que “existia uma tendência tradicional na Inglaterra de enfatizar a destruição dos inúteis mais do que

¹ Hoje interpretamos como uma Tabela de temporalidade, contudo, não tinha essa denominação na época e não tinha um modelo pré-estabelecido.

² Esse prazo foi aumentado em 1898 para os documentos datados até 1660.

a preservação dos valiosos”, onde utilizava-se como único critério para a eliminação, a idade de produção do documento. No artigo intitulado *La función valoración en la archivística contemporânea*, Couture (2003) aponta que nesse período, havia duas grandes formas de pensar a avaliação, o pensamento inglês voltado para a necessidade de eliminação e o alemão que privilegiava a avaliação para a conservação:

Lo que a primeira vista puede parecer un juego de palabras encierra, de hecho, una diferencia fundamental. El archivero de la primeira tendencia [avaliar para eliminar] se preocupa especialmente por los intereses administrativos, financieros y a corto plazo (economía de espacio) que ofrece la eliminación, mientras que al de la segunda tendencia [avaliar para conservar] le mueve más el interés patrimonial y la conservación a largo plazo (archivos testimoniales). (Couture, 2003, p. 25).

Um dos primeiros manuais técnicos que se ocupou do assunto, foi *A Manual of Archive Administration* publicado em 1922 pelo inglês Hilary Jenkinson. O autor ressaltava que a ação de avaliar deveria ficar a cargo da administração, segundo ele, apenas os materiais preservados pelo criador poderiam ser considerados arquivos. A justificativa de Jenkinson estava assentada na necessidade de manter a imparcialidade e autenticidade dos acervos, visto que os documentos são subprodutos espontâneos da administração, e, portanto, devem refletir os interesses institucionais. As discussões sobre a necessidade de eliminação foi ganhando cada vez mais ênfase nos anos seguintes, mas foi com a perspectiva de valor, introduzida por Brooks (1940), que os arquivistas encontraram a base para o desenvolvimento da atividade de avaliação. Para o autor, os documentos que não possuem algum tipo de valor, (legal, administrativo ou histórico) devem ser eliminados. Apesar das primeiras reflexões de Brooks, foi Schellenberg, na década de 50, quem desenvolveu e sistematizou a noção de valor na prática arquivística. Schellenberg (2006) propõem que a avaliação seja realizada tendo como parâmetros os valores primários, para o órgão de origem, e secundários, para fins de investigação e prova. Contudo, a ideia do autor é eliminar o máximo de informações possíveis, visto o grande número de documentos produzidos e acumulados devido a expansão das atividades governamentais. Porém, para realizar a atividade de avaliação, Schellenberg explica que é essencial que o arquivista conheça o contexto de produção da documentação, visto que “o significado de um documento depende das relações estabelecidas com a atividade geradora”. (Chagas, 2018, p. 4).

Explicando didaticamente a metodologia de avaliação proposta por Schellenberg, ele pontua que os documentos de valor primário devem ser avaliados pelo produtor, porém com ajuda do arquivista, visto a possibilidade de o documento vir a ter um valor secundário. Quanto ao valor primário, os avaliadores devem observar os valores administrativos, fiscais e legais dos documentos. Já na análise do valor secundário, a função de avaliar cabe ao arquivista, observando-se, a existência do valor probatório e informativo.

Quanto a avaliação dos valores secundários, Tognoli (2010, p. 30) esclarece:

Cabia, portanto, ao arquivista estabelecer a análise dos valores secundários e proceder à seleção dos documentos que seriam importantes para fins de pesquisa. Para Schellenberg, a razão pela qual um documento era criado, para servir às necessidades de seu criador, não era a mesma razão pela qual ele deveria ser preservado. Por esse motivo, o autor acreditava que o criador não possuía critérios para proceder à avaliação dos documentos de valor secundário, à medida que não possuía vivência acadêmica para saber qual documento possuía valor para a pesquisa.

Na obra *Arquivos modernos: princípios e técnicas*, Schellenberg (2006) detalhou testes e reflexões que deveriam guiar o avaliador durante todo o processo, entretanto, enfatizou que “os padrões não devem ser encarados como absolutos ou finais. Na melhor das hipóteses, servirão tão-somente como guias para orientar o arquivista através dos traiçoeiros caminhos da avaliação”. (Schellenberg, 2006, p. 226). Os discursos em torno da avaliação documental nos Estados Unidos, apoia-se em grande parte no modelo inaugurado por Brooks e sistematizado por Schellenberg, ambos funcionários do governo dos Estados Unidos, e preocupados com o aumento da massa documental acumulada. Kolsrud (1992) afirma que a obra de Schellenberg representou uma síntese (adaptada) das principais discussões sobre a avaliação da época, incluindo aí, as concepções teóricas desenvolvidas na Inglaterra e Alemanha. O norte americano, conseguiu apresentar uma metodologia que integrou a necessidade de eliminação e de preservação, além de enfatizar a importância do administrador e do arquivista no processo. Deste modo, a perspectiva de atribuição de valor ganhou muitos adeptos ao redor do mundo, todavia, forneceu também, parâmetros para o desenvolvimento de novas metodologias. Para Kolsrud (1992), Duranti (1994), Silva et. al. (1999) e Couture (2005) os principais países que contribuíram com o desenvolvimento da avaliação Arquivística foram os Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra e Canadá. Certamente, pesquisadores desses países apresentaram grande influência para a avaliação, porém, não podemos desconsiderar outros países que tentaram promover debates relevantes em torno dessa prática e acabaram influenciando novas reflexões. Vejamos o quadro abaixo:

QUADRO 1 – Diferentes abordagens metodologias para o processo de eliminação

ABORDAGEM	AUTOR	LOCAL
Valores primários e secundários	Schellenberg (1956)	Estados Unidos
Plano documental	Booms (1987)	Alemanha
Estratégia documental	Samuels (1986)	Estados Unidos
Macroavaliação	Cook (1992)	Canadá
Microavaliação	Eastwood (1992)	Canadá
Avaliação do fluxo informacional	Ribeiro; Silva (2000)	Portugal
Avaliação integrada	Couture (2005)	Canadá

Teoria dos atos dos documentos	Smith (2005)	Estados Unidos
Vigência e prazo precaucional	Vázquez Murillo (2006)	Argentina
Avaliação pela evidencia	Rockembach (2012)	Brasil

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A Arquivística alemã é profícua de discussões em torno da avaliação de documentos, destaca-se nesse cenário Karl Otto Müller (1926), Heinrich Otto Meisner (1937), Fritz W. Zimmerman (1958) e Hans Booms (1972). O primeiro argumentava que a avaliação era uma atividade crucial dos arquivos e deveria ser executada pelo arquivista. O segundo, propôs que o corpo administrativo das instituições deveria revisar os seus documentos em um prazo de cinco anos e selecionar os que já não eram úteis, contudo, seriam os arquivistas que procederiam a eliminação. Para facilitar o processo, Meisner formulou três regras para guiar a avaliação: idade, conteúdo e hierarquia do corpo administrativo³. Já Zimmerman defendia a ideia que o valor do documento deveria basear-se no seu conteúdo e na demanda de uso e não na origem. Kolsrud (1992, p. 32, tradução nossa) afirma que para o autor, “a demanda de mercado deve ser o critério decisivo para a permanência dos registros”. Após uma série de críticas, em 1979, Zimmerman apresentou algumas explicações e adaptações da sua abordagem, contudo, foi a perspectiva de Hans Booms que ganhou destaque internacional, por atribuir a importância dos critérios contemporâneos a criação documental.

A ideia de **plano documental** de Hans Booms surge originalmente em 1972 através do artigo intitulado *Gesellschaftsformen und Überlieferungsbildung Zur Problematik Archivalischer Quellenbewerteng*⁴, a intenção do autor, era propor uma nova metodologia de trabalho, uma vez que Booms discordava dos modelos tradicionais prussianos do início do século XX e do marxismo. Deste modo, antes de iniciar a descrição do seu modelo, Booms (1987) pontua que a avaliação tem grande significância social, por isso, deve ser desenvolvida com atenção e levando em consideração o contexto social e os valores históricos do período de produção do documento. Portanto, a sua proposta consiste na tentativa de construir uma tabela/plano que permita observar os eventos históricos ocorridos concomitantemente (ou em período aproximado) a sua constituição, e, por conseguinte, a significância social de cada documento. Para Booms, a análise do período de produção documental, fornece informações relevantes no processo de avaliação e minimiza a subjetividade. A esse respeito, Cíntia Aparecida Chagas (2020, p. 491) comenta que o objetivo do plano é “estabelecer exatamente os eventos, ações, omissões e desenvolvimentos que são essenciais e que documentam o período e o sujeito

³ Os níveis hierárquicos das autoridades foram estabelecidos por Müller em: autoridade central, autoridade intermédia e autoridade local. Deste modo, acreditava-se que quanto mais local for a autoridade menor seria o valor dos documentos.

⁴ Traduzido para inglês e publicado no periódico *Archivaria* sob o título “*Society and the Formation of a Documentary Heritage: Issues in the Appraisal of Archival Sources*”.

considerados. Deve-se orientar pelo princípio do máximo de documentação, com o mínimo de documentos”.

O plano documental deve ser atualizado em um prazo máximo de 20 anos, visto a dinamicidade social que determina mudanças de interesses. Além disso, o plano deve ser produto de uma cooperação entre o arquivista, profissionais de diversas áreas e a sociedade, sem tirar, contudo, o papel central do arquivista no processo. Quanto a este aspecto, Kenosi e Moatlhodi (2012), afirmam que na abordagem de Booms, os produtores, usuários e custodiadores de acervos devem trabalhar juntos, para definir e assumir as responsabilidades, contudo, o poder absoluto na seleção dos registros permanentes é do arquivista. O desenvolvimento do método de Booms cumpre, essencialmente, à necessidade de otimizar a composição do patrimônio documental que servirá a pesquisa histórica. Para tanto, apesar das contribuições para a arquivística alemã, o modelo proposto por Hans Booms não se mostrou eficiente, principalmente, após 1990 com a reunificação do país. Após esse período, o debate dos pesquisadores e arquivistas alemães concentrou esforços em três rotinas do fazer que careciam de melhor delineamento devido a sua importância para a ciência dos arquivos: 1) avaliação; 2) arquivamento de documentos eletrônicos; e, 3) descrição e acesso.

Focando na avaliação, os estudiosos asseguraram que era impossível estabelecer requisitos padronizados de valor, devido as diferenças inerentes a cada nível de governo (federal, estadual ou municipal). Além disso, a avaliação deveria abandonar a ideia de privilegiar os interesses de pesquisa de alguns grupos da sociedade, a exemplo dos historiadores. Trazendo apontamentos relevantes para compreender a avaliação na Alemanha, Silva e Parrela (2020) explicam:

O federführungsmodell é o modelo de avaliação dos Arquivos Federais. Baseia-se em tarefas, na diferenciação entre responsabilidade administrativa, ou primária (*federführung*), “envolvimento qualificado” e “envolvimento”. [...] É importante observar que a determinação formal da responsabilidade administrativa principal (envolvimento qualificado) não estabelece, por si só, a destinação final dos registros. Isto é, não dispara automaticamente a necessidade de transferir os documentos correspondentes do cumprimento da tarefa ao arquivo, porque o próprio arquivista é quem tem a decisão da questão final sobre o significado do cumprimento da decisão. Portanto, mesmo que o *federführung* inequívoco esteja presente, a tarefa representada nos registros ainda pode ser avaliada como tão insignificante que eles devem ser destruídos (“envolvimento” simples). É, portanto, **um processo de duas partes: o *federführung* é estabelecido; e a importância das tarefas capturadas nos registros é avaliada.** Para realizar a avaliação, existem alguns instrumentos de suporte aos arquivistas, como a matriz de avaliação de documentos governamentais, com alguns critérios de análise: **significado da tarefa/objetivo, jurisdição/legislação, tipo e qualidade da execução da tarefa, tradição e procedimentos** para categorizar a área subordinada. **Com base em critérios, perguntas são**

feitas para uma avaliação baseada também em pontos fortes e fracos. Há também o plano de arquivo como instrumento para a avaliação. O modelo de avaliação **horizontal e vertical** é o principal em nível estadual (*Landesarchiv* Baden-Württemberg). Seu objetivo é conseguir uma transferência de arquivos condensada, que, de forma confiável, **reflita a seção das realidades da vida com a qual a tarefa de uma agência governamental está relacionada.** Os arquivistas só podem conseguir isso se tiverem um conhecimento preciso dos processos realizados pela administração. A diferença fundamental entre o modelo de *federführung* e a avaliação horizontal e vertical é que, enquanto **o primeiro se concentra na liderança administrativa, a última baseia-se no reconhecimento de que no serviço público estadual várias agências, geralmente, estão envolvidas no cumprimento de uma tarefa de ordem pública e os documentos mais informativos podem não ser necessariamente encontrados no nível mais alto.** (Silva; Parrela, 2020, p. 6).

No que tange aos arquivos municipais, Silva e Parrela (2020, p. 7) destacam que a abordagem apresentada por Booms (1987) forneceu mecanismos importantes para o processo de avaliação nesse nível, visto que os arquivos municipais devem “representar de maneira abrangente a sociedade local e as realidades de vida, documentar seus eventos, fenômenos e estruturas, grandes ou pequenas, e, assim, fazer justiça à pluralidade local (política, econômica, cultural e social)”. Para tanto, a abordagem concreta para atender a essa necessidade foi fornecida por Irmgard Christa Becker nos anos 2000. Os diferentes parâmetros de avaliação, segundo Taylor (2016), forneceram metodologias mais práticas, esquemáticas e sofisticadas, além de atender a diferentes escolas de pensamento, em espaços específicos. Contudo, é importante frisar que por serem desenvolvidas rotinas distintas, cada nível governamental (Federal, Estadual e Municipal) definem a sua legislação e normas de aplicação.

Saindo do cenário Alemão e chegando aos Estados Unidos, Helen Samuels, introduziu no artigo *Who Controls the Past* (1986) a ideia de **estratégia de documentação.** O objetivo dessa metodologia, em suma, é orientar a seleção de documentos e garantir a retenção de informações adequadas de uma área geográfica específica, um tópico ou um evento que que foi disperso pela sociedade (Society Of American Archivists, 2020). Para que seja possível essa ação, Samuels definiu quatro atividades para o desenvolvimento das estratégias documentais:

- 1) escolha e definição do assunto a ser documentado;
- 2) seleção da equipe e estabelecimento do local da estratégia;
- 3) estruturação da pesquisa e exame da forma e conteúdo da documentação disponível;
- 4) seleção e guarda em local apropriado da documentação. (Samuels, 1986, p. 116, tradução nossa).

A partir dessas atividades, Samuels (1986) assegura que é possível criar um processo analítico que irá ajudar a guiar a seleção dos documentos, bem como, assegurar

a retenção de informações referentes a um assunto ou local. Ademais, essa metodologia promove a interação entre muitos arquivos, a partir do diálogo que é estabelecido. Alguns anos após as primeiras premissas, a autora promove novos apontamentos ao incluir a análise funcional institucional ao seu modelo de avaliação. A análise funcional surgiu em contraponto ao método de análise da estrutura administrativa, para a autora, os registros de arquivo devem ser processados de acordo com a utilização, visto que o uso, é capaz de fornecer dados completos acerca da instituição. Apesar dessa perspectiva ter sido direcionada para universidades e faculdades, a análise funcional tem sido aplicada em diversos ambientes institucionais. A respeito desses novos apontamentos da teoria de Samuels, Terry Cook (1992) explica que a autora passou, em substância e retórica, de um foco artificial e confuso para uma metodologia orgânica e funcional, que se baseia essencialmente nas atividades do criador dos registros, e ainda, diminuiu o papel do usuário/pesquisador no processo de avaliação.

No artigo *Documentation Strategy*, Cook (1992) faz uma análise do modelo apresentado por Samuels, ao mesmo tempo que discorre sobre a necessidade da comunidade arquivística formular novos modelos para o processo de avaliação, visto que para ele, “a abordagem tradicional de avaliação não funciona mais. (COOK, 1992, p. 182, tradução nossa). Diante desta premência, o próprio Terry Cook trouxe uma abordagem para colaborar com essa agenda da área: a **macroavaliação**. Essa abordagem foi construída a partir do reconhecimento da importância dos valores sociais para compor as bases de valoração, bem como das relações orgânicas da produção documental. Deste modo, a macroavaliação tem por objetivo, atentar para as relações orgânicas de criação documental e o seu contexto sociocultural, ou seja, suas características estão assentadas na relação entre função, estrutura e cidadãos. Em outras palavras,

a macro-avaliação avalia o valor social tanto do contexto funcional-estrutural como da cultura do local de trabalho em que os documentos são criados e usados pelo seu criador (es), e a inter-relação dos cidadãos, grupos, organizações— “o público”— com este contexto funcional-estrutural. Se a avaliação tradicional designa o valor a longo prazo do conteúdo dos documentos, ou uma série de documentos, por seu valor potencial de investigação, a macro-avaliação avalia a importância do contexto funcional de sua criação e uso contemporâneo. A avaliação trata de documentos enquanto que a macro-avaliação trata de seu contexto mais amplo (ou “macro”. (Cook, 2012, p. 149-150).

Portanto, na macroavaliação, o autor supracitado defende a ideia que a estrutura organizacional favorece uma representação fiel do produtor, ao mesmo tempo que espelha o modelo de gestão administrativa com suas funções. Tudo isso, é fruto das relações externas, pois uma instituição faz parte do meio social onde ela está inserida. Desta forma Cook (2003, p. 92) atesta: a macroavaliação se centra “[...] *en la interacción entre la función, la estructura y el ciudadano que, combinados, reflejan el funcionamiento del Estado dentro de la sociedad civil*”. (Cook, 2003, p. 92). Neste ínterim, a avaliação deve

contemplar esse cenário de forma abrangente, pois todos esses elementos são fundamentais no processo de seleção e destinação, mas vale destacar que o autor não tem interesse em documentar o governo propriamente dito, na sua proposta, o cerne está na tentativa de refletir os valores sociais por meio de uma análise funcional da interação cidadão-estado. Esclarecendo essa questão, Cook (2003, p. 100) afirma que a macroavaliação:

permite determinar qué conservar y qué eliminar con independencia de los dictados del Estado (modo tradicional) y de las últimas tendencias de la investigación histórica (modo practicado más recientemente); pero la característica que lo hace resultar más satisfactorio es la de intentar reflejar los valores sociales por medio de un análisis funcional de la interacción ciudadano-Estado (Cook, 2003, p. 100).

Isto posto, o autor assegura que a avaliação não pode está assentada nos interesses do Estado ou na necessidade de profissionais específicos, deve contemplar a sociedade. Assim, a macroavaliação ganha espaço no Canadá e apresenta elementos tangíveis ao aproximar os valores funcionais e culturais, mostrando ser possível integrar a memória organizacional e social. Para isso, Cook defende que o processo de avaliação deve ser executado pelo arquivista, mas não com poder absoluto de decisão, visto a complexidade envolvida nesse processo. Portanto, a função do arquivista consiste em desenvolver metodologias e estratégias adequadas para contemplar uma memória documental abrangente que seja capaz de representar a sociedade. (Cook, 2005). Para ajudar na compreensão acerca dessa abordagem, Cook aponta 10 (dez) premissas (princípios) de sua abordagem, a saber:

- 1) Avaliação como processo planejado e ativo;
- 2) Os documentos devem ser avaliados por arquivistas segundo critérios pré articulados de valor;
- 3) O valor informacional é um critério excepcional na valoração dos documentos, utilizado somente em último caso;
- 4) O arquivista deve avaliar o contexto de produção dos documentos e seu uso contemporâneo, em vez de avaliar documentos individualmente, tendo em vista o grande volume documental produzido;
- 5) Macroavaliação pressupõe a pesquisa de diversos elementos orgânico funcionais como “a cultura organizacional e funcionalidade institucional, sistemas de gestão de documentos, fluxos de informação, suportes documentais e mudanças no espaço e tempo” atribuindo valor ao contexto funcional-estrutural e sua relação com os cidadãos;
- 6) A avaliação não se confunde com a aquisição, apesar de serem atividades relacionadas;
- 7) O sucesso da implementação de estratégias e metodologias de avaliação depende de uma teoria consistente para atribuição de valor aos documentos;
- 8) Teoria de avaliação não se confunde com teoria arquivística;
- 9) Avaliação é inevitavelmente um processo subjetivo;

- 10) Arquivistas e instituições devem ser considerados responsáveis por suas decisões relacionadas à avaliação por meio do registro de todas as atividades que compõem o processo da Macroavaliação. (Guimarães, 2018, p. 80-81).

A macroavaliação ganhou inúmeros seguidores pelo mundo, como por exemplo a Austrália, Holanda e África do Sul; ambas utilizaram a metodologia de Cook no modelo adotado em seus respectivos países. Porém, ainda no Canadá do final do século XX, novas perspectivas surgiram para ampliar as discussões profícuas em torno da avaliação. Nesse sentido, Eastwood explica:

Uma espécie de crise se forma com a avaliação arquivística. Quanto mais documentos de arquivo são criados, mais difíceis se tornam as decisões. Quanto mais difíceis as decisões se tornam, mais nós, arquivistas, escrevemos sobre avaliação. Quanto mais escrevemos, mais nos preocupamos com a questão. Quanto mais nos preocupamos, mais somos tentados a pensar que não há respostas solidamente fundamentadas para a questão do que guardar-que vale tudo. (Eastwood, 1993, p. 111, tradução nossa).

Com efeito, Eastwood propõem um modelo de avaliação centrado na ideia de **microavaliação**, essa metodologia consiste na análise exaustiva do *corpus* documental, a sua estrutura, seus componentes, a relação orgânica entre as diversas seções, dentre outros (Makhlouf; Cavalcante, 2008). Deste modo, Eastwood esclarece a relevância desse olhar minucioso afirmando que “compreender as propriedades dos arquivos e os processos que os formam é importante no exercício da avaliação”. (Eastwood, 1993, p. 112, tradução nossa). Contudo, o autor assegura que a avaliação não é um processo simples, exige um grande esforço para compreender as propriedades e o contexto do documento, e ainda, projetar o seu valor no futuro. O fato é que nada é completamente certo no exercício da avaliação, o valor dependerá da projeção do passado no presente, para uso no futuro. (Eastwood, 1993). Todavia, para diminuir a chance de equívocos, deve-se admitir o conhecimento e habilidade do avaliador, mediante as estratégias adotadas pela microavaliação.

A partir dessas reflexões, Eastwood enfatiza que na microavaliação, a análise exaustiva do documento e do seu uso, fornece mecanismos relevantes para que o arquivista compreenda o perfil do usuário e assim, projete futuras tendências de utilização dos registros. Deste modo, o estudioso explica que os valores descritos por Schellenberg e outros pesquisadores não são capazes, por si só, de fornecer informações realmente relevantes para o processo de avaliação. Para Eastwood (1993) o que os arquivistas anteriores fizeram, de fato, foi categorizar, às vezes de forma confusa, a capacidade dos arquivos, mas isso não responde as necessidades de avaliação. Além disso, o autor questiona se esses valores estabelecidos perdurarão em qualquer tempo, atendendo assim, aos interesses futuros da sociedade. Isto posto o autor conclui: “o uso fornece a base empírica da avaliação”. (Eastwood, 1993, p. 119, tradução nossa).

Diante da proposta dos canadenses Terry Cook e Terry Eastwood, surge a concepção da **Avaliação Integrada** desenvolvida por Carol Couture (1998), que entende que ambas as estratégias devem ser adotadas de forma complementar. Couture (2005) esclarece que a macro e micro avaliação, embora apresentem particularidades, não são excludentes, elas ampliam o olhar do avaliador diante de dimensões distintas na identificação do valor dos documentos. Esclarecendo melhor a metodologia da avaliação integrada, Makhoul e Cavalcante (2008) pontuam que a primeira fase consiste na macroavaliação, e, portanto, no olhar atento do arquivista quanto as razões da produção dos documentos, mandatos e funções do criador, e ainda, no estabelecimento das prioridades por meio das quais as unidades administrativas a estudam. A segunda fase é a microavaliação, responsável em situar ao nível das operações, e julga o valor primário e o valor secundário. Além disso, é nessa fase que serão estabelecidas as regras de conservação que serão reagrupadas na tabela de temporalidade. Para melhor direcionar o processo de avaliação, Couture (2005) destaca cinco princípios básicos, a saber:

1. Os registros fornecem evidências das atividades da sociedade de forma ampla;
2. O julgamento é objetivo e reflete os valores contemporâneos dos registros;
3. Os vínculos entre a avaliação e outras funções arquivísticas devem ser respeitados;
4. Existe um equilíbrio entre as finalidades administrativas e patrimoniais; e
5. Há um equilíbrio entre as considerações relativas ao contexto de criação e as considerações referentes ao uso dos registros.

A perspectiva de Couture integra a proposta de avaliação de Cook e Eastwood, entretanto, também apresenta alguns pontos de convergência com Samuels, Booms e Schellenberg. Esse fato pode ser atestado ao observarmos os princípios acima e relacionar aos apontamentos de cada autor. Isso não quer dizer, contudo, que a avaliação integrada une todas as ideias dos pesquisadores supracitados, mas fica evidente que, em certa medida, recebeu influências relevantes ao seu desenvolvimento. Outro ponto que carece ser enfatizado, é que Couture é o primeiro a evidenciar a relevância da criação de instrumento relativo ao processo de avaliação: a tabela de temporalidade. É na tabela que ficam registradas as decisões acerca da destinação final, facilitando assim, a execução da atividade ao longo do tempo. Makhoul e Cavalcante (2008) afirmam que apesar do estímulo a operacionalização dos valores e critérios para a avaliação, os pesquisadores anteriores não propuseram instrumentos efetivos que permitissem a gestão desta função.

Apesar das profícuas discussões desenvolvidas no Canadá, os portugueses Silva e Ribeiro (2000) permaneciam inquietos com as abordagens que vinham sendo apresentadas até então, para eles, os métodos continuavam na órbita de Schellenberg. No que tange especificamente a Arquivística Integrada, Silva e Ribeiro (2000) sustentam que essa abordagem está pautada em um esforço performático, que propunha modificar a superfície sem mexer nos fundamentos tradicionais da disciplina. Além disso, os autores questionavam que imersos em uma sociedade da Informação cada vez mais plural, a Arquivologia não podia se fechar a modelos tradicionais de avaliação. É nesse sentido que

Silva e Ribeiro sugerem a abordagem da **avaliação do fluxo informacional** baseado no modelo quadripolar de investigação⁵, uma vez que os autores defendem que a avaliação é uma operação metodológica e não um procedimento técnico, por isso, tal função deve possuir caráter científico e utilizar um método de pesquisa consistente. Além disso, Ribeiro e Silva destacam que a avaliação não deve ser realizada apenas com fins de destinação, mas sobretudo, para identificar dados sobre o sistema arquivístico, e assim, aperfeiçoa-lo.

O paradigma emergente que rege a reformulação teórico-prática aqui proposta exige racionalidade, coerência e consistência. Não podemos, pois, continuar a conceber a avaliação, a triagem à francesa ou a seleção documental como uma importante operação técnica e atividade profissional exclusiva do arquivista, quando ela, afinal, só adquire plena inteligibilidade metodológica num esquema quadripolar centrado na produção de pesquisa e de conhecimento científico que está para além do nível meramente empírico e prático do trabalho arquivístico e abrange ainda a problemática biblioteconômica e dos sistemas (tecnológicos) de informação. (Silva; Ribeiro, 2000, p. 85).

Na abordagem de Silva e Ribeiro (2000) os documentos passam apenas por duas fases no ciclo de vida, sendo o primeiro o contexto de criação/produção (início, trâmite e conclusão do documento) e o segundo, o contexto de memória. Neste íterim, os autores se contrapõem aos conceitos de valor primário e secundário, de Schellenberg, argumentando que os valores não se excluíam, ao contrário, seriam cumulativos, o que denota que os documentos permanentes não teriam apenas interesses externo, poderiam continuar tendo utilidade para a administração que os produziu. Isto posto, Silva e Ribeiro (2000) ponderam que a avaliação deve ser executada a partir de três dimensões: 1) no desempenho dos serviços de informação; 2) na eficácia e eficiência da recuperação da informação; ou 3) no fluxo da informação; é esta última dimensão que resulta a metodologia descrita pelos autores. Pois bem, no processo de avaliação aplicada ao fluxo informacional, deve-se realizar uma análise que permitirá caracterizar o percurso, as duplicações/cópias e os desperdícios. Assim, os avaliadores devem embasar o processo nos seguintes parâmetros: **pertinência** (níveis A, B e C⁶), **densidade** e **frequência**. A partir disso, serão utilizados índices de ponderação: 1 (conservar a informação) e 0 (eliminar a informação).

Quadro 2 – Demonstrativo da avaliação a partir dos parâmetros e índices

PERTINÊNCIA	DENSIDADE	FREQUÊNCIA	DESTINO FINAL
Nível A	1	1 ou	Conservação permanente
Nível A	0	1	Conservação temporária

⁵ Os quatro pólos seriam: epistemológico, teórico, técnico e morfológico.

⁶ O nível “A” envolve toda informação diretamente vinculada às atividades-fim da instituição; o nível “B” constitui a informação relativa às atividades-meio; e o nível “C” abrange toda a redundante quantidade de informações e de séries informacionais.

Nível A	0	0	Eliminação
Nível B	1	1 ou 0	Conservação permanente
Nível B	0	1	Conservação temporária
Nível B	0	0	Eliminação
Nível C	1 ou 0	1	Conservação temporária
Nível C	1 ou 0	0	Eliminação

Fonte: Rockembach (2015)

Conforme pode ser observado no quadro, o primeiro parâmetro é a pertinência, na qual refere-se à ação da instituição, e conseqüentemente, na produção documental. Esses documentos podem ser mensurados através do trinômio: objetivo (razão de existir), estrutura orgânica (+ competências/função) e memória. Silva e Ribeiro (2000, p. 104) pontuam que é nesse trinômio que “se joga o êxito ou insucesso do modelo proposto”. Quanto ao parâmetro da densidade, os autores explicam que ele pondera se o documento é primário/original (e se possui cópia/duplicação) ou é secundário (e se possui cópia/duplicação). A partir desse dado, se a informação for analisada como densa, adquire a ponderação 1, se for menos densa, recebe a ponderação 0, e em algum momento, será eliminada.

O último parâmetro, é a frequência e está relacionada com a periodicidade de acesso e uso, contudo, ela sozinha não determina os critérios para avaliação, apenas dá indicativos que essa informação talvez tenha necessidade de guarda ampliada. Para ajudar nesse processo, há dois eixos a serem utilizados na análise: uso médio/máximo (ponderação 1) e o uso fraco/mínimo (ponderação 0). Por fim, os autores destacam a relevância de conhecer a instituição, explicando que “todo e qualquer estudo de avaliação não pode dispensar o conhecimento prévio do contexto em que foi (é) gerado e usada a informação, sob pena de não ser possível caracterizar, com rigor, o sistema de informação”. (Silva; Ribeiro, 2000, p. 106). Ademais, para a aplicação da operação metodológica avaliativa de fluxo informacional é indispensável que todos os fundamentos sejam compreendidos e aplicados de modo adequado.

Outra abordagem que ganhou destaque nas discussões da área foi a **Teoria dos atos dos documentos** defendida por Barry Smith, a partir de 2005, e baseada na filosofia da linguagem e na teoria dos atos da fala. Essa metodologia perpassa a perspectiva dos usos probatórios e informativos e aborda as questões éticas, legais, sociais e institucionais do documento, ou seja, amplia os estudos referente a avaliação da informação uma vez que apresenta um novo olhar a partir dos registros. Smith (2014) defende que os documentos são a materialização de ações que ocorrem no mundo real, por isso são capazes de impactar a sociedade por trazer elementos relevantes sobre um dado momento. Contudo, o autor esclarece que o mesmo documento pode servir a diferentes atos sociais, ao longo do tempo, e ter diferentes destinatários. Neste sentido, a abordagem de Smith nos leva a compreender que o documento deve ser analisado a partir das conseqüências dos atos sociais, pois os documentos são registrados para uma realidade,

mas podem produzir efeitos diversos. No artigo intitulado *Uma investigação filosófico-legal para Atos dos Documentos*, Pessanha, Coelho e Almeida (2016, p. 13) refletem acerca dessa abordagem e argumentam que

Os fatos contidos nos documentos são formalizações de atos sociais, incluindo direitos e obrigações, e dessa forma entidades necessárias para se cumprir compromissos na criação de qualquer produto ou serviço no contexto organizacional. Os atos do documento formalizam a criação de artefatos sociais, atribuindo responsabilidades a quem produz, quem assina, quem recebe, quem executa. Apenas documentos são capazes de estender os compromissos de longo prazo assumidos em atos sociais, como os atos de fala.

A ontologia dos atos dos documentos ainda está em fase de desenvolvimento teórico-prático, entretanto, segundo os autores supracitados anteriormente, ela pode ser aplicada a diferentes domínios socioeconômicos na construção de ontologias. (Pessanha; Coelho; Almeida, 2016). Para isso, contudo, é fundamental que novas pesquisas sejam desenvolvidas visando ampliar e melhorar o método nas mais diversas áreas. Na América Latina, um pesquisador que ganhou destaque no desenvolvimento de metodologias para o processo de avaliação foi Manuel Vásquez Murillo. Na obra *Cómo seleccionar documentos de archivo*, o autor discorre sobre a prática da seleção documental com base na teoria dos valores, mas sobretudo, descreve como deve ser executado o processo de avaliação. Vásquez Murillo (2006) defende a ideia de ciclo vital, contudo, ele explica que as fases não devem ser determinadas apenas pela frequência de uso dos documentos, por dois motivos centrais: o primeiro, é que datas exatas de início e término das fases não são determinadas, e segundo, a possibilidade de confusão entre aspectos relativos a frequência de uso e valor. Nesse sentido, a sua proposta reside num ciclo vital com foco na vigência documental:

A vigência pode definir-se em si mesma como a força que tem um documento de arquivo para obrigar, testemunhar ou provar. Mais que a vigência em si mesma, interessa definir o prazo de vigência. É o tempo durante o qual um documento de arquivo obriga, testemunha ou prova o que explicitamente diz seu texto ou está implícito em seu tipo documental. (Vásquez Murillo, 2006, p. 31, tradução nossa).

Outro destaque na abordagem de Vásquez Murillo é o estabelecimento do prazo precaucional que é uma fase anterior a destinação final (eliminação ou recolhimento). Esse prazo possibilita responder obrigações jurídicas ou administrativas; a determinação desse prazo pode ser definida por prescrição de direito para possíveis reclamações ou pelo estabelecimento de data na Tabela de temporalidade. Cabe enfatizar ainda que o autor defende que a avaliação deve ser realizada no arquivo intermediário para não comprometer o teor das fontes que irão compor o patrimônio documental, assim, segundo

Vásquez Murillo (2006) entre a conservação e a eliminação está a seleção de documentos, que requer a apreciação dos valores dos documentos.

Diante dessas premissas o ciclo vital defendido pelo autor segue a seguinte lógica:

Quadro 3- Ciclo vital a partir da abordagem de vigência e prazo precaucional

CICLO VITAL	Primeira Idade	- Momento de planificação; - Momento de Tramitação;
	Segunda Idade	- Momento de vigência; - Momento de prazo precaucional;
	Terceira idade	- Fase permanente.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Outra abordagem que vem ganhando destaque nas discussões sobre avaliação é o **modelo Indício-Evidência-Prova** de Moisés Rockembach. O pesquisador parte da concepção de informação trazida por Silva e Ribeiro (2000) na abordagem do fluxo informacional e baseia-se ainda na teoria dos sistemas. Diante dessas influências, o modelo Indício-Evidência-Prova pode ser aplicável tanto em suporte analógico, quanto no digital. Contudo, cabe destacar que Rockembach concebe a avaliação para além dos prazos de guarda. Nesse sentido o autor explica: “é preciso buscar o entendimento de como o sujeito atribui valor à informação, confere veracidade e qualidade na representação do fato, fenômeno ou objeto a ser registrado, em quaisquer suportes e plataformas”. (Rockembach, 2015, p. 94).

Trazendo as definições do modelo, o autor parte da concepção que a informação pode apresentar aspectos de indício, evidência e/ou prova, por isso, o nome da abordagem. Quanto aos **indícios**, Rockembach (2015) explica que surgem a partir da reunião de pistas, sinais ou vestígios, contudo, cabe destacar que os indícios podem possuir tanto características intencionais ou não-intencionais, visto que essas pistas são levantadas a partir de uma análise contextual do ambiente organizacional, não necessariamente no que está registrado no documento. Isto posto, os indícios reunidos podem contribuir para reconstruir uma ação do passado, o que é essencial para a compreensão do arquivista, todavia o autor atesta que o indício não deve ser vislumbrado no sentido de prova, “mas no sentido de probabilidade, uma informação sobre algo ou alguém que estatisticamente é provável de ser/ter sido real a partir da análise de seus indícios”. (Ferreira; Rockembach, 2017, p. 39-40). Já a **evidência** tem relação em como o indivíduo expõem os objetos e os fatos. Para uma melhor compreensão, o autor explica:

A evidência é um complexo sistema composto pelos sentidos humanos, cognição e a linguagem. São respectivamente a entrada do sistema, pelo

o que foi captado pelos sentidos, a apreensão do que foi observado e a saída do sistema manifestando a evidência. Por isto, a evidência possibilita um grau variável de certeza sobre aquilo que se está observando ou afirmando, em uma relação entre a realidade e o sistema de crenças e julgamentos de um indivíduo. (Ferreira; Rockembach, 2017, p. 40).

Em sua tese de doutoramento, Rockembach (2012) atesta que para aumentar os níveis de evidência alguns questionamentos podem ser feitos acerca da: a) vigilância epistêmica; b) forma de apresentação da informação; c) a completude das informações; d) o cumprimento dos objetivos de informar; e) a credibilidade da autoria; e por fim, f) a organização e recuperação da informação. O pesquisador justifica que “a força da evidência reside na junção destes questionamentos e na sua capacidade em responder as expectativas de evidência dos sujeitos ou dos usuários/utilizadores de um sistema, que querem ver sua cognição convertida em verdade”. (ROCKEMBACH, 2012, p. 68). Quanto ao elemento prova, o autor assegura que está vinculada a um processo de validação/legitimação de uma informação. A prova sempre será produzida a partir de uma evidência, para tanto, para haver evidência, não necessariamente há uma prova. Buscando desvincular a prova da evidência, Capurro e Hjørland (2007, p. 185) explicam:

Na medida em que a informação é vista ou apresentada e legitimada em termos de seu suposto conteúdo factual, fica autorizada uma determinada visão do mundo – em vez de convidar ao debate sobre a construção e relevância desta visão. Ao contrário, na medida em que a informação é tratada como um produto de atividades específicas de construção do mundo, isto convida ao questionamento discursivo quanto ao seu significado e relevância.

O Indício-Evidência-Prova, apesar de suas especificidades, podem ser vislumbrados como elementos complementares, e que estão intimamente relacionados. Essa abordagem de avaliação propicia um olhar atento para a informação, favorecendo uma reflexão a partir das evidências significativas que melhor reflitam o contexto institucional e social, seja em ambientes analógicos ou digitais. O autor pondera ainda que

a avaliação da informação sob o aspecto da evidência contrapõe-se aos aspectos indiciais e probatórios, ao mesmo tempo que mostra os elementos que contribuem para a construção de maiores níveis de informação evidencial. O indício pode tornar-se evidência, e a evidência transformar-se em prova, mas há todo um processo envolvendo as necessidades informacionais do sujeito e sua relação com as instituições de poder se, por exemplo, precisar legitimar esta informação. (Rockembach, 2012, p. 240-241).

Apesar das diversas abordagens da avaliação documental que foram apresentadas nesse artigo, algumas nunca foram utilizadas efetivamente na prática arquivística pelo

mundo, uma vez que a avaliação documental, em cada país, segue as normas e condutas estabelecidas por legislações específicas em suas localidades. No entanto, isso não quer dizer que elas não tiveram importância, cada uma delas contribuiu com influências relevantes para a determinação dos aspectos normativos locais. No Brasil, por exemplo, a Lei n.º 8.159, de 08 de janeiro de 1991, regulamentada pelo Decreto n.º 4.073, de 03 de janeiro de 2002, definiu os marcos legais da avaliação de documentos de arquivo, tendo como referência termos e/ou conceitos propostos por Schellenberg. Contudo, o Conselho Nacional de Arquivo (CONARQ) editou várias resoluções, *a posteriori*, para normatizar os critérios de destinação no país, sendo possível perceber a influência de alguns princípios fundamentados por Rousseau, Couture e Manuel Vázquez.

Na França, a base da avaliação está assentada na teoria do valor popularizada por Schellenberg, contudo, a interpretação desses valores e como os arquivistas franceses enxergam a prática arquivística perpassa os aportes defendidos por esse autor. O fato é que as autoridades e arquivistas franceses se apoiaram nos princípios e abordagens que vinham sendo popularizados na literatura para criar os seus próprios critérios. Em 3 de Janeiro de 1979, foi criada a lei que regularizou e uniformizou as práticas de avaliação em arquivos públicos e privados, baseado na teoria do ciclo de vida dos documentos, no princípio de respeito aos fundos e tendo o Arquivo Nacional Francês (ANF) como órgão responsável pela aprovação da destinação dos documentos. Pinto (2014, p. 31) destaca ainda que “actualmente, para proceder à avaliação, os ANF recorrem a inquéritos para perceber a estrutura da entidade produtora e a informação a avaliar. Daqui resulta uma tabela de selecção para o serviço ou organismo”.

Na Espanha e Portugal as legislações que definem as práticas de avaliação também foram adaptadas a partir da teoria de valor de Schellenberg. Em consonância, Hernández Olivera (2013, p. 8) atesta com veemência a influência do modelo norte americano na Espanha: “El modelo valorativo español está por consiguiente estrechamente vinculado a la concepción taxonómica de la valoración desarrollada por Schellenberg [...]”. Portugal da mesma forma, apesar de propor novas abordagens ainda tem uma legislação inspirada na teoria das três idades e baseada na análise funcional institucional.

Na Holanda e Nova Zelândia a macroavaliação teve uma forte influência. No primeiro, os documentos selecionados para guarda permanente deveriam ser espelho da relação entre governo e sociedade. Tanto que na década de 90, foi criado o *Project for Implementation Reduction Transfer-period* (PIVOT), no qual foi executado uma organização para compreender a relação entre os departamentos governamentais e as suas atividades, bem como, promover uma colaboração entre instituições para evitar duplicação de funções. Os documentos selecionados para guarda permanente tinham que apresentar uma função na sociedade, logo, o objeto da avaliação era a função/atividade (PINTO, 2014). No segundo, apesar das influências da macroavaliação, os arquivistas neozelandeses desenvolveram princípios específicos para nortear a prática avaliativa, com foco em promover uma maior cooperação entre arquivistas e as instituições

governamentais. Neste sentido, Martorell (2010, p. 36) apresenta os oito princípios, no que segue: 1) Princípio da aplicação; 2) Princípio da prioridade; 3) Princípio da globalidade; 4) Princípio da implementação; 5) Princípio da destruição; 6) Princípio da privacidade; 7) Princípio da integridade; e por fim, 8) Princípio da independência do suporte. Visando simplificar o processo de avaliação, em 2009, o *Archives New Zealand* disponibilizou uma política⁷ para guiar o processo de avaliação no país, nela é possível consultar as etapas necessárias para iniciar e finalizar o processo de avaliação.

Na Noruega, influências germânicas e inglesas trouxeram conflitos na compreensão das práticas arquivísticas, além disso, uma política de recirculação de papel fez muitos documentos desaparecerem (Pinto, 2014). Para normatizar o processo de avaliação, foi criada uma instrução normativa, após a década de 50, para promover a diminuição das massas documentais a partir de parâmetros determinados, esse modelo baseava-se em três etapas: 1) racionalização da criação de documentos; 2) revisão dos documentos pelo corpo administrativo após cinco anos de criação dos registros; 3) análise realizada pelo arquivista após vinte e cinco anos. Em 1988, por decreto real, uma instrução normativa foi criada proibindo o corpo administrativo realizar eliminação sem consentimento do Arquivo Nacional Norueguês.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O breve relato de como a rotina da avaliação é respaldada nos diversos países ao redor do mundo é fundamental para compreendermos que apesar dos esforços dos pesquisadores em desenvolver a metodologia avaliativa, são as normas locais que direcionam, efetivamente, a prática arquivística. Deste modo, muitas vezes os profissionais de arquivo acabam executando a avaliação de forma mecânica para diminuir o acúmulo das massas documentais, sem refletir acerca dos fundamentos que embasam essa prática. Lousada (2012) destaca que os arquivistas devem compreender que o ato de avaliação envolve premissas sociais, uma vez que o que será guardado permanentemente poderá consubstanciar na memória coletiva e na historiografia. No mesmo sentido, Brothman (1991) destaca que os arquivistas devem refletir criticamente sobre os aspectos e critérios que serão utilizados na avaliação dos documentos.

Portanto, a partir desse contexto apresentado, fica evidente a necessidade de ampliar o conhecimento dos arquivistas em torno da avaliação, de modo que eles compreendam que esse processo deve ser executado com atenção, criticidade, cuidado, conhecimento, mas sobretudo, responsabilidade. Diante deste contexto, a ampliação das discussões em torno da avaliação urge como um insumo basilar na prática arquivística, para tanto, deve ser desenvolvida de forma ampla, crítica e assertiva.

⁷ Disponível em <<https://www.archives.govt.nz/manage-information/how-to-manage-your-information/appraisal/appraisal-process>>. Acesso em 07 fev. 2022.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BOOMS, Hans. Society and the formation of a documentary heritage: Issues in the appraisal of archival sources. **Archivaria**, v. 24, n. 2, p. 69-107, 1987.

BROTHMAN, B. Orders of value: Probing the theoretical terms of archival practice. **Archivaria**, v.32, 1991, p.78-100.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectiva em ciência da Informação**, Belo Horizonte, Jan/abril. 2007.

CHAGAS, Cintia Aparecida. Avaliação de documentos arquivísticos: teoria e metodologia. **ÁGORA: Arquivologia em Debate**, Florianópolis, v. 30, n. 61, p. 478-498, jul./dez. 2020.

CHAGAS, Cintia Aparecida. Avaliação de documentos no Brasil, Portugal e Espanha: estudo das metodologias utilizadas. EDICIC, 11, Medellín. **Anais eletrônicos**, 2018. Disponível em: <<http://enancib.marilia.unesp.br>>. Acesso em 2 jan. 2022.

COOK, Terry. Macroappraisal in theory and practice: origins, characteristics, and implementation in Canada, 1950-2000. **Archival Science**, v. 5, p. 101-161, 2005.

COOK, Terry. Macrovaloración y análisis funcional: la preeminencia de la interacción políticosocial sobre el gobierno. *Tabula*, El refinado arte de La destrucción: la selección de documentos, Salamanca 6, 87-102, 2003.

COOK, Terry. Documentation Strategy. **Archivaria**, v.34, p.181-191, 1992.

COOK, Terry. Entrevista. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**: Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 142-156, jul./dez. 2012.

COUTURE, Carol. A arquivística, os arquivistas e os arquivos no Canadá. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 147-163, jul./dez. 2015.

GUIMARÃES, Rubens Vieira. Avaliação de documentos de arquivo: uma análise de diferentes abordagens. Brasília, 2018, Tese. (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília.

HERNÁNDEZ OLIVERA, Luis. La memoria híbrida. De la crisis del modelo taxonómico de selección a la gestación de propuestas de macrovalorativas. **Tabula: Estudios Archivísticos de Cartilla y León**, Salamanca, v. 1, n. 12, p. 131-156, 2009.

KENOSI, Lekoko; MOATLHODI, Trevor. The determination of value in archival science and the ever evolving theories of records selection. **The Eastern Librarian**, v. 23, p. 24-36, 2012.

KOLSRUD, O. The Evolution of Basic Appraisal Principles: Some Comparative Observations, **American Archivist**, v. 5, n. 1, p. 26-39, 1992. Disponível em: <<https://meridian.allenpress.com/american-archivist/article/55/1/26/23665/The-Evolution-of-Basic-Appraisal-Principles-Some>>. Acesso em 10 jan. 2022.

LOUSADA, Mariana. A evolução epistemológica do conceito de avaliação documental na arquivística e sua importância para a construção da memória. **RICI: R.Ibero-amer. Ci. Inf.**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 63-78, jul./dez. 2012.

MAKHLOUF, Basma; CAVALCANTE, Lídia Eugenia. Avaliação arquivística: Bases teóricas, estratégias de Aplicação e instrumentação. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. 26, v. 2, 2008.

MARTORELL, Lluís Cermenó; Palá, Elena Rivas. Valorar y seleccionar documentos: qué es y cómo se hace. Espanha: Ediciones Trea, 2010.

PESSANHA, Christiano; COELHO, Katia Cardoso; ALMEIDA, Maurício Barcellos. Uma investigação filosófico-legal para atos dos documentos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17, 2016, Salvador, **Anais...**, UFPB, 2016.

ROCKEMBACH, Moisés. Conceitos, modelos e novas perspectivas de avaliação em Arquivologia e Ciência da informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 87-105, set/dez. 2015.

ROCKEMBACH, Moisés. Modelo de evidência da informação em plataformas digitais: estudo exploratório no âmbito da ciência da informação. Tese (Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais, Universidade do Porto) – Porto, 2012.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Tradução Nilza Teixeira Soares. 6.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

SILVA, Maria Juliana Nunes da; PARRELA, Ivana Denise. As práticas de avaliação de documentos nos arquivos federais da Alemanha. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.30, n.2, p. 1-14, abr./jun. 2020.

PINTO, Cheila. Os princípios da avaliação da informação arquivística em Portugal: Contributos para a sua discussão. Dissertação (Mestrado em Ciências da Documentação e Informação) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.

TAYLOR, Isabel. The German appraisal discussion since 1990: na Overview. **Archives and Manuscripts**, v.44, n.1, p.14-23, 2016.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea. 2010. 119 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2010.

VÁSQUEZ MURILLO, Manuel. **Cómo seleccionar documentos de archivo**. Buenos Aires: Alfagrama, 2006.